

LIBRAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: O QUE DIZEM OS PROFISSIONAIS DA ESCOLA?

Antonia Izaete Simão Carvalho
Renato Carneiro da Silva

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre o papel da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação de surdos, analisando as percepções de profissionais envolvidos na construção de uma escola inclusiva. O foco está no processo de implementação da legislação educacional vigente. Como estratégia metodológica, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Os resultados da pesquisa indicam que o sistema educacional brasileiro apresentou alguns avanços com a implementação de leis voltadas para a inclusão educacional. No entanto, observou-se que, tanto no âmbito nacional quanto internacional, essa legislação ainda está em processo de organização e implementação efetiva no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Surdos. Curriculização. Ouvintes.

Data de submissão 25/11/2024

Data de aprovação 29/11/2024

Disponibilidade

<http://lattes.cnpq.br/8288345774287519>

8288345774287519

1 INTRODUÇÃO

A maneira de olhar para os estudantes surdos tem mudado nos últimos anos, essas novas perspectivas para a história da Educação de Surdos foi marcada por várias tentativas e técnicas de comunicação. Ao longo do percurso educacional de surdos, foram destacadas três correntes metodológicas, que de acordo com nascimento (2018), são elas: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. A corrente que vem sendo mais discutida e progressivamente introduzida nas redes de ensino é o Bilinguismo, que se traduz em uma proposta de educação para surdos, surgiu na década de 1980, amparada por Lei. Ela promove o aprendizado através de duas línguas: a língua portuguesa (escrita) e língua brasileira de sinais (Libras), que são fundamentais para a inclusão social dos surdos.

Nesse sentido, a visibilidade de estudantes surdos, os / professores /as de libras são figuras recentes e ainda estranhas à realidade escolar em nosso país. Analisar como os processos de formação de profissionais da educação impactam a inclusão de alunos surdos, destacando lacunas conceituais e pedagógicas. Mas o que essa pesquisa se pergunta é: Libras na educação de surdos: o que dizem os professores na escola? Para tanto, o estudo se norteará pela seguinte questão: Qual a importância de libras na escola como ferramenta de comunicação e aprendizagem para a inclusão de estudantes surdos no universo educacional? E assumindo como hipótese que apesar dos avanços nas políticas públicas educacionais para os indivíduos surdos ainda existem desafios para garantir uma educação bilíngue e um ensino de qualidade. Dessa maneira a inclusão aos alunos surdos traz aos professores grandes desafios ou seja para acolher as pessoas com deficiência, no contexto educacional, além disso a integralização desses alunos devem acontecer na sociedade também, possibilitando as

oportunidades de serem cidadãos do bem, e tendo suas próprias decisões. Foi com o decreto nº 5.625/05 “que a libras tornou-se a disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores[...] nível superior” destacamos o curso de pedagogia.

2 METODOLOGIA

O presente estudo é exploratória-descritiva com a finalidade de conhecer o que dizem os profissionais da escola de libras na educação dos surdos ? significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que lhes são conferidos. Será utilizado um questionário para obter dados da formação acadêmica, tempo de atuação profissional, opiniões, dificuldades e sugestões que eles têm acerca do assunto. (BARDIN, 2000) que se configura como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Enquadra-se na perspectiva de pesquisa fenomenológica por buscar identificar a essência do fenômeno com base em experiências reais (CRESWELL, 2007). Configurando-se como pesquisa exploratória, por buscar tornar o fenômeno mais explícito levando em consideração os diversos aspectos que o permeiam, através do levantamento de dados, que podem ser por meio de levantamento bibliográfico (GIL, 2002).

Neste contexto, será realizado um estudo de revisão integrativa, que se caracteriza por ser uma estratégia em que o pesquisador tem o interesse de sumarizar resultados de um conjunto de pesquisas sobre um mesmo assunto, visando estabelecer generalizações ou desenvolver explicações mais abrangentes de um fenômeno específico, a partir da síntese ou análise dos achados (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). A realização desta pesquisa seguirá as seguintes etapas básicas de uma revisão integrativa: 1) elaborar o tema do estudo; 2) realizar a pesquisa bibliográfica; 3) organizar os dados coletados; 4) interpretar e avaliar os resultados do estudo; 5) apresentar e divulgar a revisão (BEYEA; NICOLL, 1998).

Para tanto, os textos que iram compor a revisão serão obtidos por meio de um questionário como técnica de análise dos dados elegeu-se a análise de conteúdo categorial, proposta por Bardin, 2011. O método funciona por operações de categorização do texto em unidades/categorias segundo reagrupamento analógico, a qual é um meio rápido e eficaz de obter os significados dos fenômenos. Este estudo seguirá as três etapas propostas pelo autor, a saber: pré-análise; exploração do material; tratamento e interpretação dos resultados.

A pré-análise é a fase de organização do material, objetiva sistematizar e operacionalizar os materiais fonte dos dados. Esta fase possui três missões: escolha do material a ser analisado; elaboração das hipóteses e objetivos da análise; formulação da interpretação final. Possuindo caráter flexível, é marcada por procedimentos abertos como: leitura flutuante; escolha dos documentos; preparação do material. Na etapa seguinte, a exploração do material, após o final da pré-análise iniciar-se-á a fase de codificação do material, o qual é o processo onde os dados brutos são transformados, sistematicamente, em unidades/categorias, por meio da descrição das características pertinentes do conteúdo. Por fim, a fase de tratamento e interpretação dos resultados, aqui os dados são tratados podendo dar significado ao fenômeno estudado a partir do aprofundamento teórico (BARDIN, 2011).

Participantes da Pesquisa Com o intuito de entender os posicionamentos dos diferentes personagens que participam, direta ou indireta mente, do processo de inclusão educacional dos surdos, o trabalho de campo estruturou-se a partir dos profissionais da escola que atuavam com surdos. Para tanto, participaram da investigação dois profissionais da equipe escolar: intérprete de Libras

3 DESENVOLVIMENTO

É sabido que não é tarefa fácil construir e colocar em funcionamento uma escola inclusiva. Muitas unidades escolares apenas integram os alunos com necessidades educacionais especiais, mas isso não é ser uma escola inclusiva. A inclusão dos surdos na escola, deve atender a diversidade e alcançar conhecimentos sobre as particularidades de todos os alunos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9.394/96 especialmente o capítulo III, Art. 205, “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Então, no decorrer dos anos, o Brasil vem implementando leis para que, de algum modo, torne a educação um direito de todos, incluindo um vasto processo de formação de gestores e educadores para garantir, principalmente, atendimento educacional especializado e acessibilidade.

Como afirma Moreira: quando diz que:

Esta mudança de perspectiva educacional propõe que os educadores façam a diferença, buscando conhecimento e contribuindo com uma prática ressignificada, desenvolvendo uma educação baseada nas diferenças e na superação de limites; que os estudantes aprendam a respeitar as diferenças em sala de aula, preparando-os assim para o presente e para futuro, para a vida e para o mundo do trabalho, pois, vivendo a experiência inclusiva desde a educação infantil serão adultos bem diferentes dos que estão à frente do poder na atual sociedade capitalista, e por certo, talvez, não farão tamanha discriminações sociais, culturais e econômicas. Estes novos alunos se tornarão cidadãos mais éticos e construtores de uma sociedade inclusiva

Pudemos ver que:

Certamente! Construir uma escolas inclusiva no Brasil é um desafio e, especialmente no que diz respeito à inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva. A Pedagogia da Inclusão demanda mudanças estruturais, curriculares e pedagógicas para que todas as escolas possam garantir a acessibilidade e a igualdade de oportunidades educacionais. Aqui estão algumas ações e reflexões que podem ajudar nesse processo: Garantia de acessibilidade: infraestrutura e recursos.

- **Instalações adequadas:** Rampas, sinalização visual, sistemas de som e tecnologia assistiva que beneficiem alunos com deficiência auditiva.
- **Tecnologias de apoio:** Uso de softwares de tradução em Libras, legendas em tempo real e dispositivos para amplificação sonora.
- **Materiais acessíveis:** Produção de vídeos, apostilas e outros conteúdos educativos com tradução para Libras e textos simplificados.

Todo este processo de construção do Plano Nacional de Educação, dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, juntamente com toda esta legislação e sua força ética, pautada no direito, estão criando um novo paradigma educacional, uma nova pedagogia chamada de “Pedagogia da Inclusão”. confrontando-se com a dura realidade da maioria das escolas públicas no Brasil, e relatos dos profissionais das escolas os quais sabem da realidade difícil que é a acessibilidade e inclusão voltados para alunos surdos . Preconiza capítulo VI, artigo 22 da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva

No Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, regulamenta a Lei nº 10.436/2002, em seu capítulo VI, artigo 22 determinando que se organize, para a inclusão escolar da seguinte forma que: Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela

educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2002).

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para ensinar LIBRAS no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), é fundamental criar estratégias que promovam uma imersão significativa na língua natural dos alunos surdos. Aqui estão algumas ideias de estratégias didático-pedagógicas que podem ajudar:

- Crie atividades baseadas em situações do dia a dia, como ir ao mercado, interagir em uma escola ou trabalhar em um escritório.
- Utilize cenários físicos ou digitais para simular essas interações
- Considerem a faixa etária e os seus interesses;
- Ofereçam referências visuais;
- Promovam situações dialógicas com representações;
- Valorizem as produções do surdo e da comunidade surda;
- Articulem ações com os demais profissionais da escola e alunos para o uso e a valorização da LIBRAS;- orientem a família no aprendizado e no uso da LIBRAS.
- Incentive o uso de LIBRAS nesses contextos.

O **ALFABETO MANUAL** da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ele é utilizado para soletrar palavras em Libras, principalmente quando não existe um sinal específico para uma palavra, ou quando se está soletrando nomes próprios.



Imagem retirada da internet

Essas estratégias ajudam a promover uma aprendizagem significativa e contextualizada, respeitando as necessidades e o potencial dos alunos surdos. Para realizar um Atendimento Educacional Especializado (AEE) de LIBRAS, o professor deve observar alguns aspectos fundamentais. Em 22 de dezembro de 2005, foi assinado o Decreto no 5.626 que regulamenta a Lei no 10.436/2002.

Esse decreto prevê ações que promovem a educação de pessoas Surdas por meio da política linguística da Libras como L1 e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como L2, conforme especifica o art. 14: Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente,

às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior. § 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - Promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
 - b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
 - c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;
- (lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.)

5 CARACTERIZAÇÕES DOS SUJEITOS COLABORADORES E CORPUS DA PESQUISA

No questionário destina-se, a saber sobre a identificação o tipo de formação que os professores colaboradores da pesquisa possuem e os níveis de ensino da escola e aspectos profissionais: Perfil profissional dos professores (as) colaboradores; Nossa análise começa discutindo as percepções dos professores sobre as práticas das professoras em sala de aula: uma análise em duas instituições a primeira é a Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, e a segunda é o Núcleo de Apoio a Pessoa surda, autista, tdha, tod.

Os sujeitos da pesquisa são duas professoras (a), formadas (a) em libras e pedagogia especialista (o) em libras/ formação de curso no caso e voluntária da associação. Neste texto, as identificamos a professora do 5º ano como P1; a professora da associação como P2, e a. Elas trabalham como professoras no turno matutino e participaram dos cursos oferecidos no CAS na cidade de Mossoró R/N. Para caracterização dos sujeitos, utilizamos questionários com perguntas fechadas que de acordo com André (2013, p.33) é uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais. “Ela desempenha importante papel não apenas nas atividades científicas como em muitas outras atividades humanas”.

A seguir apresentamos um quadro que apresenta uma síntese da caracterização dos sujeitos: idade, escolaridade, formação, a cada um dos perfis apresentados que contribui para uma melhor identificação dos seus perfis como intérprete de libras:

Professoras	Idade	Escolaridade	Tempo de Serviço	Tempo de Intérprete de libras	Vínculo Empregatício
P1	38	Educação Especial- tradutora Intérprete de libras	01 ano e 08 meses	20 anos	Estadual
P2	64	Ensino superior Pedagogia	--	5 anos	Associação sem fins lucrativos

A professora P1 e P2 apresentam mais tempo de serviço como docentes e especificamente como professoras tradutoras intérprete de libras (P1). A formação para o contexto da educação bilíngue requer a compreensão do trânsito por duas línguas, no caso do Brasil: Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa.

Além desses relevantes dados, temos o amparo científico de uma investigação de grande magnitude, ao núcleo de apoio a pessoa surda, autista, tdha, tod. cnpj (42.840.126./0001-14) que frequenta 09 entre 12 surdos que fazem parte da mesma família onde todos integrantes são surdos é uma genética familiar, os quais não tiveram acesso à escola regular de ensino, e tendo a oportunidade de aprender libras no núcleo de apoio citado acima da cidade de Antônio Martins Rio Grande do Norte.; nesse caso trata-se de uma pesquisa de forma complementar, ou seja, em uma associação com uma professora voluntária, estas afirmações envolvem concepções diferentes sobre a nossa educação. Campello, A. R.; Rezende; reforça quando diz que;

Somos uma minoria linguística na luta pela preservação da língua de sinais e sua instituição como língua de instrução em nossa educação; não queremos a educação inclusiva como é preconizada, e muito menos a educação especial, queremos uma educação linguística, uma política linguística traçada pelo nosso “ser surdo”. (Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora UFPRCAMPello, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história...)

Na sala de aula do ensino fundamental, a aluna surda tem a presença de um professor regular e de um intérprete de Libras, que atua para garantir a comunicação e a compreensão do conteúdo escolar. Essa estrutura é importante para garantir que a aluna tenha acesso ao currículo de forma adequada, com suporte específico para sua deficiência auditiva. Já na associação voltada ao apoio de pessoas surdas, autistas, com TDAH e TOD, onde há 16 alunos surdos. O fato de o atendimento ser fragmentado entre diferentes ambientes – escola regular e associações ou centros especializados – pode indicar uma dificuldade em integrar de forma eficiente os serviços e garantir a continuidade do apoio especializado, principalmente quando há diferentes tipos de deficiência envolvidas.

Além disso, pode refletir a falta de uma abordagem mais inclusiva e unificada que assegure que os alunos recebam o suporte necessário, de forma contínua e articulada entre as instituições. Esse tipo de fragmentação pode criar desafios tanto para os alunos quanto para os profissionais envolvidos, uma vez que pode haver uma falta de continuidade na intervenção pedagógica e no acompanhamento dos alunos. O ideal seria que as diferentes formas de atendimento fossem mais integradas, proporcionando uma educação mais inclusiva e contínua.

A falta de uma abordagem inclusiva e unificada no sistema educacional pode gerar dificuldades tanto para os alunos quanto para os profissionais envolvidos no processo. Essa fragmentação muitas vezes impede que o suporte necessário seja oferecido de maneira contínua e articulada entre as diferentes instituições ou modalidades de ensino. Quando não há uma integração eficaz, corre-se o risco de descontinuidade na intervenção pedagógica, o que prejudica o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes, especialmente daqueles que necessitam de acompanhamento mais específico. Além disso, para os profissionais da educação, essa desarticulação pode resultar em desafios no planejamento e execução de práticas pedagógicas coerentes e alinhadas. O ideal seria a implementação de estratégias que favorecessem uma articulação entre as diferentes formas de atendimento, garantindo que os serviços educacionais fossem complementares e integrados. Isso poderia envolver a criação de protocolos comuns, maior diálogo entre as instituições e formações continuadas para os educadores. Dessa forma, seria possível construir um sistema mais inclusivo, onde todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tivessem acesso a uma educação equitativa, contínua e de qualidade.

5.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa foi baseada na construção de dados organizados a partir de entrevistas, com ênfase para análise dos significados produzidos pelos participantes acerca do processo de inclusão dos surdos e seus desafios. Dessa forma, a reflexão produzida entre pesquisador e entrevistado compôs um material importante para a análise da palavra e dos sentidos atribuídos a ela, considerando as condições materiais nas quais ela é produzida. Foram utilizados para a coleta de dados um questionário com questões objetivas para caracterização dos sujeitos e um rol de 6 perguntas subjetivas para guiar a entrevista semiestruturada focadas na temática libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?

No contexto das práticas dos professores em sala de aula com o aluno surdo. Realizamos entrevistas semiestruturadas que foram gravadas, e em seguida transcritas na íntegra respeitando o posicionamento dos sujeitos.

Realizamos também observações na escola campo de pesquisa, EENF, Mossoró R/N, as quais foram feitas no horário matutino da referida escola com as turmas do 5º ano, com salas de aula com um quantitativo de dezoito alunos entre vinte alunos e uma aluna surda. A observação se deu nos dias 16 e 17 de setembro na turma do 5º ano, e nos dias 21 e 22 de setembro visitas na associação. Foram de grande relevância para nossa análise, também, registramos cada momento das referidas aulas, onde pontuamos o que queríamos observar dentro daquele contexto e que sempre estava ao nosso dispor para realizar anotações mais precisas para a nossa pesquisa. Foram registrados por meio de perguntas, além do rol de questões e fotografados, com autorização dos envolvidos na pesquisa.

5.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Das análises depreendeu-se um eixo importante acerca dos posicionamentos dos profissionais envolvidos na inclusão educacional do surdo no que tange à centralidade (ou não) da Língua de Sinais no processo de escolarização desse alunado. A fase e organização da análise se subdividem em fases e interpretação desses resultados. Consideram-se nesta análise, de acordo com Bardin (2009): Que foram realizadas com o tipo de dado gerado pelo instrumento de pesquisa. Procedemos com uma leitura detalhada e cuidadosa de todo o material, a fim de destacar os conteúdos evocados que respondiam de forma mais direta às perguntas da pesquisa libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? Após a leitura, procedeu-se a organização do material por categorias, para identificar as que mais contribuíram para uma melhor compreensão da forma como o professor.

Outra análise importante, feita a partir da leitura dos conteúdos transcritos, foi à busca de relações entre as falas dos professores (as), a partir das atividades realizadas com os alunos surdos na escola. Por fim, na última parte relacionada à análise de conteúdo com definição de categorias dos dados obtidos nas entrevistas dos professores colaboradores acerca do que dizem os profissionais da escola, e quais as práticas.

Dessa forma, construímos duas categorias a partir do que mais se evidenciavam nas falas dos sujeitos: “de modo a atender ao objetivo geral da referida pesquisa. proporcionar um ensino adequado que favoreça o aprendizado dos estudantes surdos, respeitando as necessidades educacionais individuais de cada um.”

Para categorizar os dados empíricos realizamos recortes dos textos orais em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de algumas das modalidades de codificação para o registro dos dados (BARDIN, 2010, p. 126).

Partindo agora para uma das etapas mais importantes desta pesquisa, iniciamos, a seguir, as análises dos dados obtidos a partir das respostas dos questionários. Nosso foco foi em torno das práticas docentes dos professores na sala de aula. Com o intuito de entender os

posicionamentos dos diferentes personagens que participam, direta ou indireta mente, do processo de inclusão educacional dos surdos, o trabalho de campo estruturou-se a partir dos profissionais da escola e da associação que atuavam com surdos. Para tanto, participaram da investigação dois profissionais da equipe escolar. Na primeira pergunta do questionário destina-se, a saber sobre a identificação o tipo de formação que os professores colaboradores da pesquisa possuem e os níveis de ensino da escola e aspectos profissionais : Nossa análise começa discutindo as percepções dos professores sobre as práticas dos professores. Em relação aos alunos surdos demonstram interesse pelos conteúdos e participam das aulas?

P1 (☒) Sempre () Frequentemente () Às vezes () Nunca

P1, (Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima- RN Entrevista em novembro de 2024)

P2 () Sempre () Frequentemente (☒) Às vezes () Nunca

(Núcleo de apoio a pessoa surda, autista, tdha, tod. cnpj (42.840.126./0001-14)

(Entrevista em novembro de 2024)

De acordo com o exposto acima, em relação aos alunos surdos sobre o interesse aos conteúdos a P1 diz que, sempre percebe o interesse dos alunos, enquanto P2 mesmo reforça quando diz que: frequentemente os alunos demonstram interesse determinadas atividades. Percebe-se que os alunos tem interesse em participar dos conteúdos, mesmo com suas limitações, tem interação. Compreende-se que é rompido paradigmas por meio da educação inclusiva. É sabido que os profissionais da escola, não estão preparados para alunos com deficiência , são muitos relatos tangente a essa discussão, pois falta a formação adequada para atender a essa demanda, De acordo com a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 lei nº 9394/96 – lei de diretrizes e bases da educação nacional - 1996 preconiza capítulo V da educação especial.

(LDBE, Lei nº 9.394 de 1996). Buscou-se ainda a melhoria dos direitos aos estudantes Surdos no contexto da inclusão e o melhor atendimento a esses estudantes por meio de práticas pedagógicas, conforme o apresentado nos artigos 58 e 59: Art. 58.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996)

Questionamos aos profissionais da escola qual seu domínio das condições linguísticas dos alunos surdos?

P1 () Excelente () Bom (X) Razoável () Ineficaz (Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima- RN Entrevista em novembro de 2024)

P2 Excelente () Bom (x) Razoável () Ineficaz
(Núcleo de apoio a pessoa surda, autista, tdha, tod. cnpj (42.840.126./0001-14)
(Entrevista em novembro de 2024)

A fala da professora P1 destaca a importância do registro reflexivo no processo de ensino. registrar o desenvolvimento das aulas permite analisar o que funcionou, o que precisa ser ajustado e como melhorar a prática pedagógica. Essa abordagem é especialmente relevante no atendimento educacional a alunos surdos, pois possibilita repensar estratégias pedagógicas para atender às singularidades desse público, garantindo uma educação mais inclusiva e significativa. Além disso, o ato de registrar e refletir sobre a prática docente é uma forma de promover o aprimoramento profissional contínuo. No caso do atendimento a alunos surdos, isso pode incluir a avaliação do uso de recursos visuais, estratégias bilíngues (Libras e português), materiais adaptados, e a colaboração com outros profissionais, como intérpretes e especialistas em educação inclusiva.

A professora P2 menciona a importância das condições linguísticas, que são cruciais para o aprendizado dos surdos. Isso envolve: Conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por parte do professor. Uso de materiais visuais e atividades que promovam o aprendizado bilíngue (Libras e Português escrito). Reconhecimento de que alunos surdos podem ter diferentes níveis de domínio da língua, exigindo abordagens personalizadas. Em relação ao ensino você se sente preparado para trabalhar didaticamente com alunos surdos? Existe a necessidade de alguma adaptação curricular para os alunos surdos?

P1 (X) Sim () Não

A maioria das avaliações aplicadas são feitas com uma redução de questões e as vezes questões objetivas para ajudar na compreensão do aluno (Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima- RN Entrevista em novembro de 2024)

P2 (X) Sim () Não

Precisa sim, de um olhar para a associação com profissionais especializados, mesmo que sejam voluntários, pois a referida instituição é carente de profissionais especializados na área da educação especial, as atividades são realizadas por meio de jogos, imagens e brincadeiras com gestos visuais para que as avaliações sejam atribuídas às notas. (Núcleo de apoio a pessoa surda, autista, tdha, tod. cnpj (42.840.126./0001-14) (Entrevista em novembro de 2024)

Sim, as professoras apresentam concepções divergentes sobre as adaptações curriculares necessárias para atender alunos surdos, refletindo diferenças em suas abordagens pedagógicas e prioridades em suas práticas docentes. Essas concepções ilustram a complexidade de se trabalhar com a inclusão escolar, pois envolvem múltiplos fatores, como os recursos disponíveis, a formação docente e as necessidades específicas de cada aluno.

- **Professora P1:** Parece adotar uma abordagem mais individualizada e focada na adaptação das atividades, visando atender às necessidades específicas de cada aluno surdo. Sua prática sugere a redução de atividades, possibilitando maior apropriação da língua e dos conteúdos escolares, o que pode ser interpretado como um esforço para priorizar a qualidade do aprendizado em vez da quantidade de tarefas.
- **Professora P2:** Ressalta a ausência de profissionais capacitados como um entrave significativo, mas, em sua prática, utiliza jogos, imagens e brincadeiras com gestos

visuais. Essa abordagem parece valorizar estratégias mais dinâmicas e interativas, que não só contribuem para a aprendizagem dos alunos surdos, mas também para a avaliação, ao ressignificar os métodos tradicionais para contemplar melhor as suas realidades e modos de comunicação.

Essas perspectivas mostram que, enquanto uma professora foca na adaptação do conteúdo e na identificação das necessidades individuais, a outra enfatiza o uso de recursos visuais e lúdicos para engajar e avaliar os alunos surdos, além de evidenciar a carência de suporte profissional. Ambas as práticas têm mérito e refletem respostas diferentes aos desafios da inclusão escolar, demonstrando a necessidade de uma abordagem integrada que considere formação continuada, recursos didáticos adequados e apoio especializado para criar um ambiente mais inclusivo e eficaz. Moreira: reforça quando diz que:

A pedagogia adotada na escola inclusiva deve ser a pedagogia voltada à pessoa humana como um todo. A escola deve buscar refletir sobre sua prática, questionar seu projeto pedagógico e verificar se ele está voltado para diversidade. Moreira, [2.000,p.4]

A citação destaca um princípio fundamental da educação inclusiva: oferecer atividades desafiadoras, mas acessíveis, alinhadas às capacidades e necessidades individuais de cada aluno. Esse equilíbrio é essencial para promover o aprendizado significativo e a autoestima, além de respeitar as diferenças. O projeto pedagógico da escola, nesse contexto, desempenha um papel crucial. Ele deve ser planejado de forma a incluir práticas que favoreçam a equidade, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, tenham oportunidades de participação e desenvolvimento. Isso pode incluir:

- 1- Adaptação Curricular:** Ajustar os conteúdos, objetivos e estratégias de ensino para atender às diferentes necessidades.
- 2- Metodologias Ativas:** Utilizar abordagens que valorizem a participação ativa e a colaboração entre os alunos.
- 3- Recursos e Tecnologias Assistivas:** Disponibilizar ferramentas e materiais que auxiliem os alunos com necessidades específicas a acompanhar as atividades.
- 4- Formação Docente:** Capacitar professores e os profissionais das escolas, para trabalhar com a diversidade e promover um ambiente acolhedor.

A inclusão não é apenas física, mas também pedagógica, e o planejamento cuidadoso assegura que a escola seja um espaço de aprendizado para todos. Mas, o aluno surdo apresenta dificuldades em seu processo de escolarização? Se sim, quais?

P1 sim! para o surdo é muito complicado a aquisição da língua portuguesa quando não existe uma educação bilíngue aluno (Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima-RN Entrevista em novembro de 2024)

P2 sim os alunos da associação sentem muita dificuldade , pois tudo é limitado e não temos acesso as novas tecnologias e profissionais capacitados , ou seja alguns voluntários quando comparece para ajudar no contexto educacional dos surdos.

Isso nos mostra que a língua portuguesa, de acordo com o “Decreto no 5.626 que regulamentaa Lei no 10.436/2002[...] que promovem a educação de pessoas Surdas por meio da política linguística da Libras como L1 e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como L2, conforme específica o art. 14: conforme específica o art. 14:E de acordo com o parágrafo § 1,º para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as

instituições federais de ensino devem:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I - Promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;(BRASIL,2005)

Além dos aspectos anteriormente citados, é sabido que a legislação é uma importante aliada e conquista para a comunidade surda, garantindo direitos que representaram um grande avanço e fortaleceram as questões educacionais. Nesse contexto, vislumbra-se que as escolas devem possibilitar a inclusão dos alunos surdos, flexibilizando suas necessidades educacionais de forma individualizada. Para que isso se concretize no âmbito da educação inclusiva, é essencial capacitar as escolas e assegurar que as instituições educacionais garantam o direito ao acesso a um ensino e aprendizagem adequados. Isso inclui qualificar os profissionais da educação para atender às demandas específicas dos estudantes surdos. Ainda nesse contexto, considerando como é sua relação como intérprete de Libras que atua em sala de aula? Vocês trabalham em parceria? Como acontece essa dinâmica?

P1 o interprete e libras é um apoio essencial para o professor. ele promove a comunicação entre os alunos surdos e ouvintes e consequentemente com os professores (Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima- RN Entrevista em novembro de 2024)

P2 na associação, não tem intérprete de libras, que é uma necessidade , em relação a essa ausência , alguns dos surdos após a pandemia, foram embora para as cidades vizinha em busca de mais aperfeiçoamento.

Nessa perspectiva ainda, destacamos o quanto é essencial intérprete de Libras, na sala de aula como foi dito anteriormente, é esse profissional que promove a comunicação . Desse modo, é relevante, o processo da escolarização, o acesso igualitário, mas também garantir que os estabelecimentos e as condições de ensino não sejam diferenciados.Tendo em vista a importância do profissional da escola na educação do aluno surdo, qual a posição da direção da Escola em relação à presença do interprete de Libras na escola?

P1 equipe muito compreensiva, sempre promove ações de inclusão e interação do aluno surdo. Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima- RN Entrevista em novembro de 2024(Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima- RN Entrevista em novembro de 2024)

P2 a associação não tem direção. meu trabalho é com os surdos, da associação, não tem direção é um trabalho voluntário, não há parcerias, apenas quando alguma pessoas queira ajudar a associação , com trabalhos voluntários ou entre outras.

Esse cenário demanda reflexão e ação conjunta entre escola, movimentos sociais e governo, com vistas a uma educação inclusiva mais efetiva e justa, que respeite as

particularidades culturais e linguísticas da comunidade surda. O questionamento é um ponto de partida para repensar práticas e buscar avanços concretos na garantia de direitos. P1 diz que o diretor da escola promove ações que é de grande valia onde o profissional da educação, se envolva em atividades voltadas para o aluno surdo, evoluir sempre, que cada conquista não é início de superação é apenas o estímulo para buscar cada vez mais. Por conseguinte P2, defende o direito dos surdos e das comunidades linguísticas e diz que a associação não tem direção, e precisa de apoio no âmbito educacional. Assim, os movimentos sociais surdos têm um papel fundamental na política pública para a educação desses indivíduos, e surgem o questionamento: Existe apoio para você e o intérprete de Libras em sala de aula?

P1 (X) Sempre () Frequentemente () Às vezes () Nunca
(Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima- RN Entrevista em novembro de 2024)

P2 () sempre (x) frequentemente (X) às vezes () nunca
(núcleo de apoio a pessoa surda, autista, tdha, tod. cnpj (42.840.126./0001-14)
(Entrevista em novembro de 2024)

Costa (2004), diz que “Está prevista também a formação dos professores da rede regular de ensino para o acolhimento desses alunos em classes regulares, possibilitando o acesso ao currículo e ao conhecimento para a inclusão”. A professora P1, reconhece que tem apoio entre os profissionais da educação, voltado para educação do aluno surdo, ou seja Também procura e fortalecer os direitos linguísticos dos surdos. No caso da P2, esse apoio não acontece, e deixa nitido que esse apoio é crucial, visando não só o seu acesso, mas a sua permanência, que essas demandas favoreçam o avanço de suas identidades culturais e linguísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ressaltamos que, apesar das tímidas iniciativas em algumas comunidades escolares, em determinados Municípios e Estados do Brasil, a construção de uma nova escola inclusiva tem avançado, ainda que lentamente. Essa escola busca libertar a sociedade de paradigmas ultrapassados, enfrentando e superando as diferenças. É sabido que os posicionamentos dos profissionais envolvidos na inclusão educacional de surdos; trouxeram à tona questões importantes relacionadas às demandas culturais, linguísticas e pedagógicas, bem como o impacto desses elementos no desenvolvimento bicultural dos surdos e seus reflexos no campo educativo.

Ainda sobre esse trabalho científico mostrar-se o modo como a inclusão educacional traz alertas, considerando os processos de formação dos profissionais, que merecem atenção e discussões mais aprofundadas. Percebeu-se que há uma lacuna na formação conceitual sobre o profissional da educação referente a educação do aluno o surdo nos quais estão situados e aos problemas de ordem pedagógica.

Além disso, a formação de educadores surdos e a capacitação dos docentes ouvintes são aspectos cruciais. A formação deve contemplar não apenas o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras), mas também práticas pedagógicas voltadas à valorização da cultura surda e à construção de um ambiente inclusivo. A integração de educadores surdos nas escolas também oferece representatividade e fortalece a comunicação e a identificação dos estudantes com os profissionais. Para superar as barreiras identificadas, é necessário investir em políticas públicas voltadas à formação continuada, à adequação curricular e à disponibilização de recursos acessíveis, como intérpretes de Libras e tecnologias assistivas. Essas ações contribuiriam para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas.

Como sínteses dos resultados, constatamos que a inclusão é um momento oportuno para professores e a comunidade escolar, demonstrando sua competência diante de suas responsabilidades educacionais, cobrando das autoridades públicas salários, planos de cargos e carreira mais condizentes com suas responsabilidades e ofício dentro da escola. Esta mudança de perspectiva educacional propõe que os educadores

REFERÊNCIAS

Moreira, C. J. M. M política pública de educação inclusiva: entre o ideal legal e o real existencial no cotidiano escolar

BRASIL. Decreto no 5.625, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, Brasília. 2005.

BRASIL. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

COSTA, V. A. da. Políticas públicas de formação de professores: questões acerca da inclusão escolar, educação e diversidade. Cadernos de Ensaios e pesquisas, Niterói, ano 4, nº 9, p. 57-63, jul. 2003/jul. 200

<acesso em 05 novembro 2024><https://www.kradesivos.com.br/banner-pedagogico-alfabeto-em-libras-bpl-01>

Witkoski, S. A. & Baibich-Faria, T. M. (2010). A importância da Língua de Sinais para as pessoas surdas na construção de uma linguagem plena e genuína. Revista Contrapontos, 10(3), 338-344. <acesso em 08 novembro 2024><https://www.scielo.br/j/pee/a/fHBjNHSPPFZVQwbXJwS4Qqg/>

Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora UFPR
CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história...)

<acesso em 16 novembro 2024> https://modeloinicial.com.br/lei/L_9394-1996/lei-diretrizes-bases-educacao-nacional/art-58 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)

Acesso em 16 novembro 2024> https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Acesso em 19 novembro 2024 <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> **decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.**